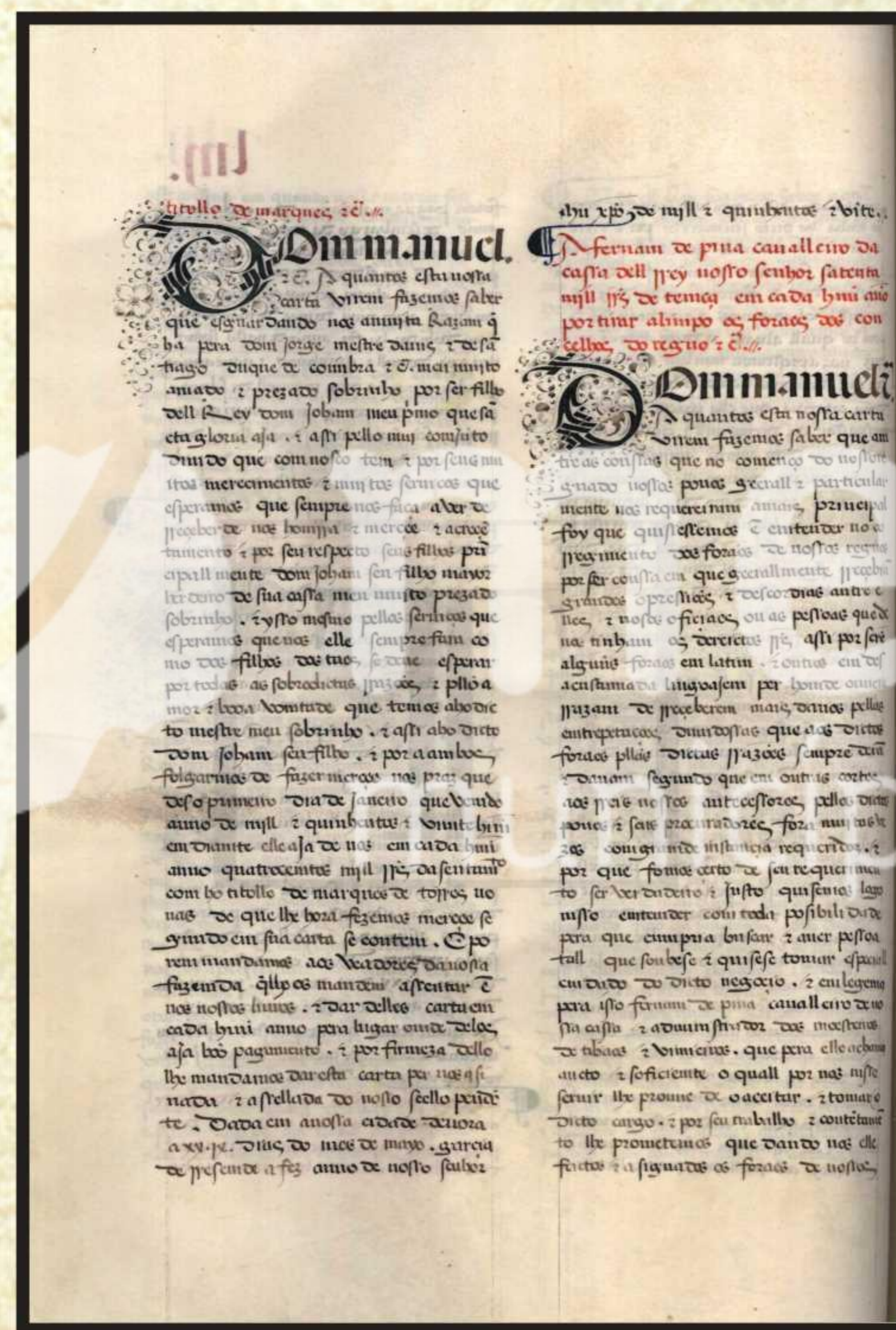


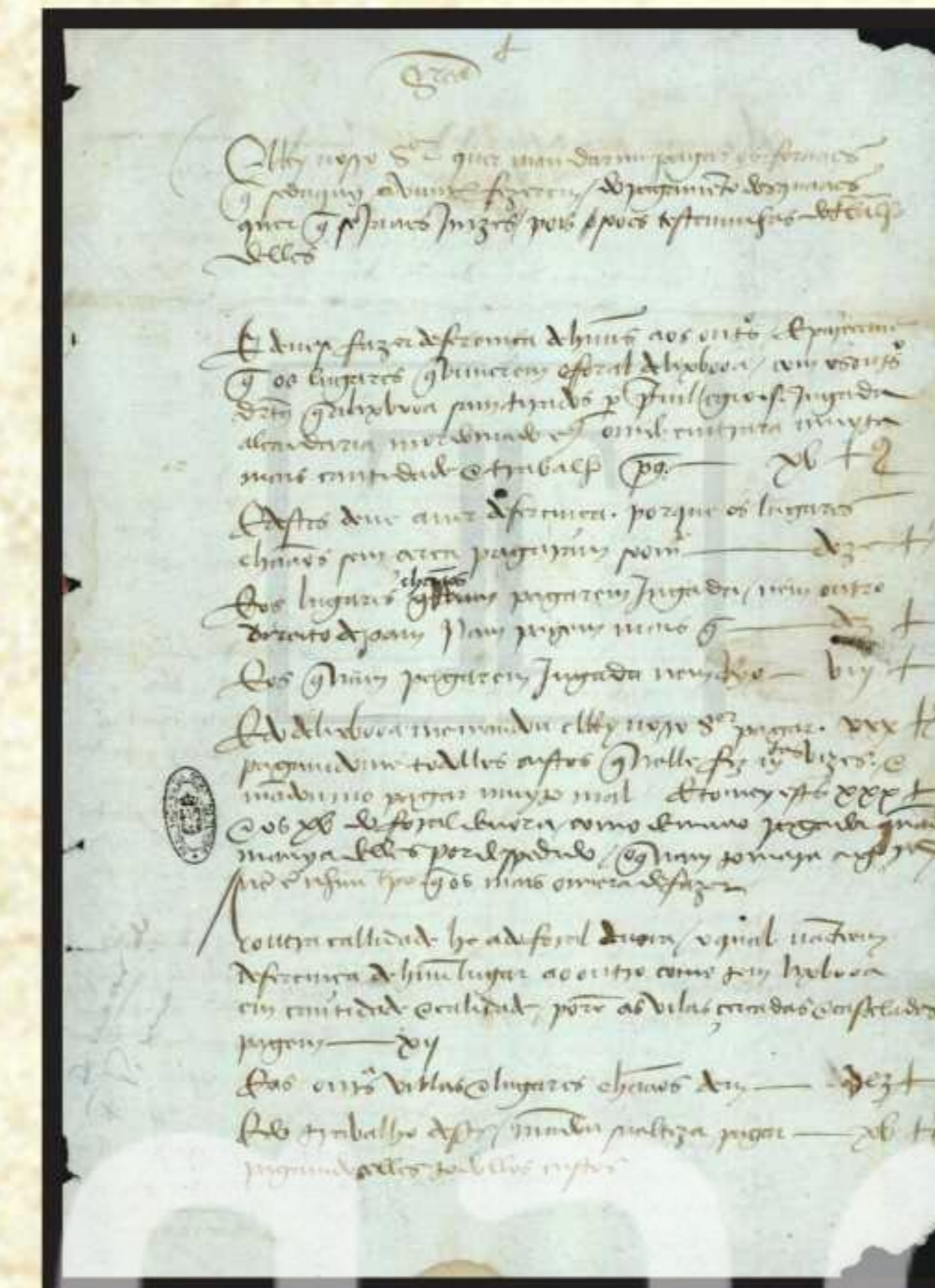
A REFORMA DOS FORAIS (1499 a 1521)

As primeiras cartas de foral eram, fundamentalmente, contractos agrários com o objectivo de povoamento, pelo que muitos forais se encontram na base de formação de núcleos populacionais. Com o passar dos séculos estes documentos mostravam estar desactualizados, em mau estado e em alguns casos ilegíveis já que estavam escritos num latim bárbaro que os oficiais da Câmara já não conseguiam interpretar, além de existir uma grande discrepância entre eles, tornando-se altamente prejudiciais para as populações e para o fisco.

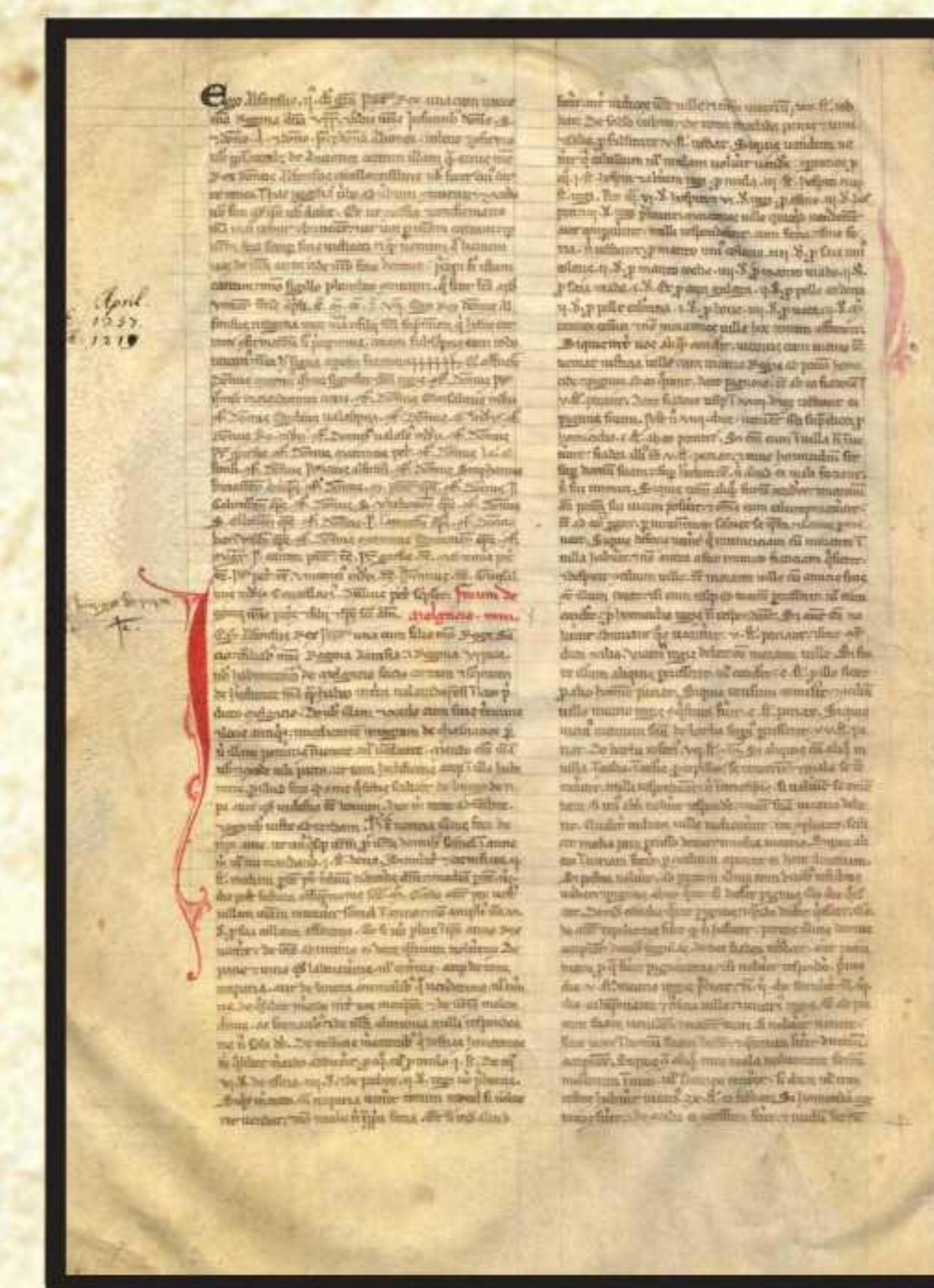
Face ao panorama de constantes queixas dos povos e consciente da gravidade do que se passava no reino, em 22 de Novembro de 1497, D. Manuel I, através de carta régia, ordenou que todos os forais fossem convenientemente examinados e se procedesse á necessária reforma. Nesta tarefa Fernão de Pina dedicou 25 anos da sua vida tendo sido recompensado com uma tença de 70 000 mil réis anuais.



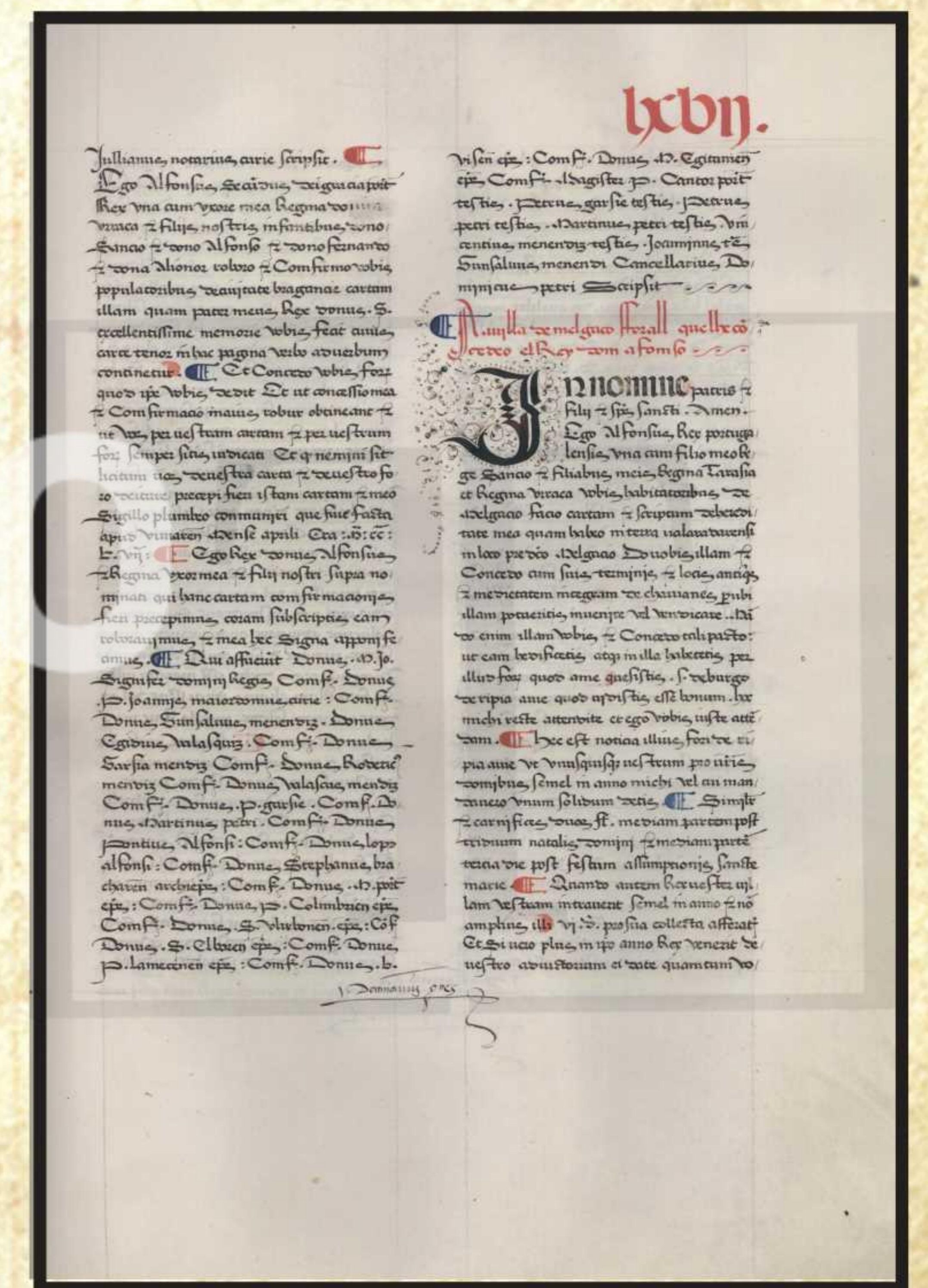
A Fernão de Pina cavaleiro da Casa d'el Rei nosso Senhor setenta réis de tença em cada um ano por tirar a limpo os forais dos Concelhos do Reino. ANTT, Lisboa



Informação de Fernão de Pina aos Ministros dos Forais que deveriam taxar as custas dos mesmos, e alegação dos seus serviços sobre o mesmo objecto. ANTT, Lisboa



Carta de confirmação dada por D. Afonso II ao Foral de Melgaço, concedida por D. Afonso Henriques em 1181. ANTT, Lisboa



Foral da Vila de Melgaço dado por el-rei D. Afonso Conde de Bolonha e por el-rei D. João o primeiro, nosso bisavô em registo no Livro de Forais Novos de entre Douro e Minho. ANTT, Lisboa

D. MANUEL I E A CRIAÇÃO DO ESTADO MODERNO

D. Manuel I nasceu em 1469, e herdou inesperadamente o poder em 1495, após a morte de seu primo e protector, o rei D. João II. Foi durante o seu reinado um rei centralizador, inovador e reformador, sendo o protagonista da passagem de um Estado caracteristicamente Medieval para um Estado Moderno. Dedicou-se à reforma dos tribunais e do sistema tributário, adaptando-o ao progresso económico que Portugal então vivia, reformulou o sistema de pesos e medidas, realizou uma reforma no velho sistema monetário medieval, articulada com a actualização dos valores das contribuições a serem pagas pelas populações. Na cultura, D. Manuel I procedeu à reforma dos Estudos Gerais, criando novos planos educativos e bolsas de estudo.



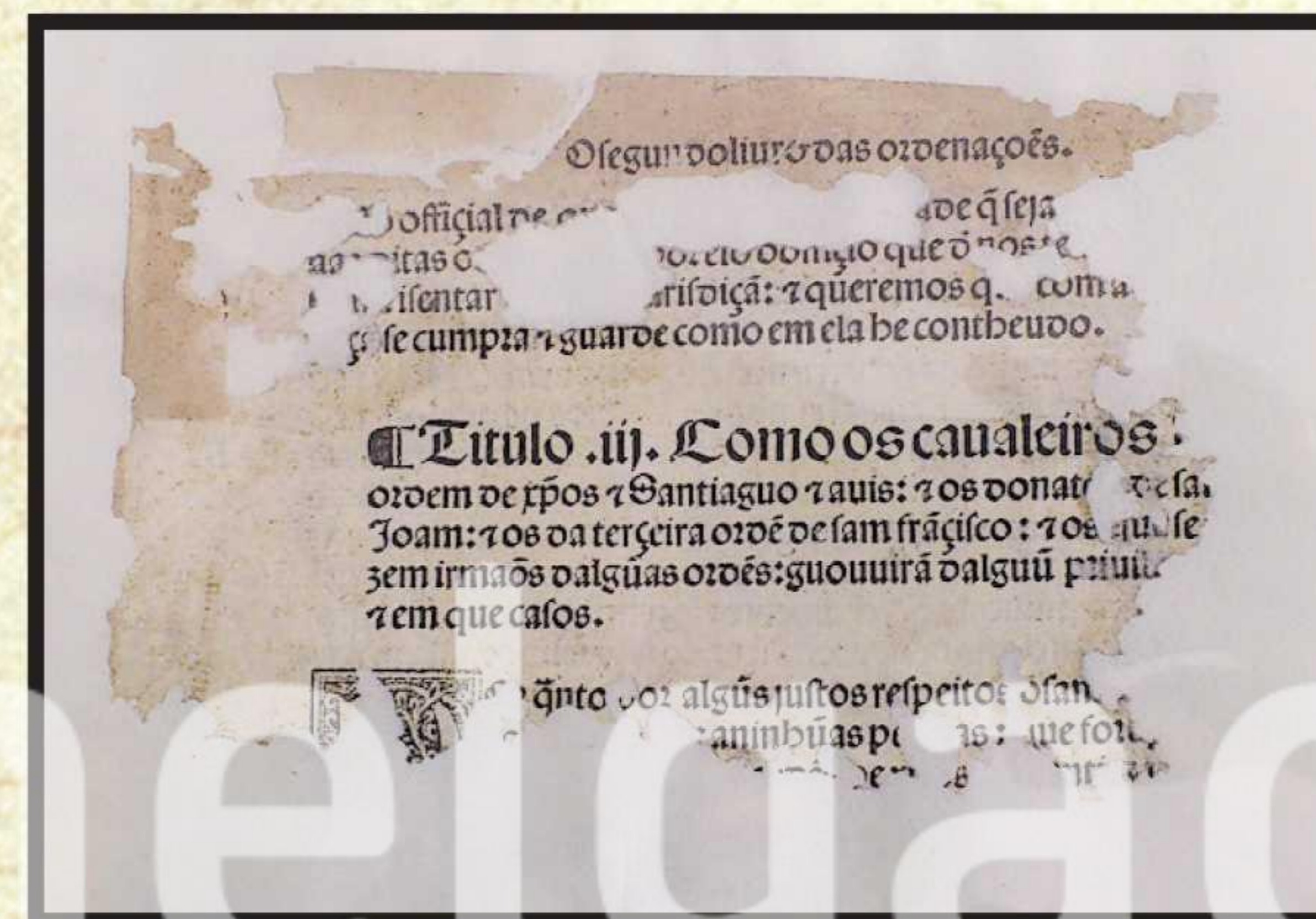
D. Manuel I

Tab. de conversão de unidades ao tempo de D.Manuel I.

	Tonelada	Arratel/Libra	Marco	Onça	Oitava	Escrúpulo	Quilate	Vintém-de-ouro	Grão	Sistema atual
Tonelada	1	1.728	3.456	27.648	221.184	663.552	3.981.312	7.077.888	15.925.248	793.0774 Kg
Arratel/Libra	1/1.728	1	2	16	128	384	2.304	4.096	9.216	458.9568 gr
Marco	1/3.456	1/2	1	8	72	192	1.152	2.048	4.608	229.4784 gr
Onça	1/27.648	1/16	1/8	1	8	24	144	256	576	28.6848 gr
Oitava	1/221.184	1/128	1/72	1/8	1	3	18	32	72	3.5856 gr
Escrúpulo	1/663.552	1/384	1/192	1/24	1/3	1	6	10 2/3	24	1.1952 gr
Quilate	1/3.981.312	1/2.304	1/1.152	1/144	1/18	1/6	1	1 7/9	4	0.1992 gr
Vintém d'ouro	1/7.077.888	1/4.096	1/2.048	1/256	1/32	3/32	9/16	1	2 1/4	0.11205 gr
Grão	1/15.925.248	1/9.216	1/4.608	1/576	1/72	1/24	1/4	4/9	1	0.0498 gr

• 1 marco = 229.4784 gr.; 1 onça = 28.6848 gr.; 1 oitava = 3.5856 gr.; 1 grão = 0.0498 gr.
 • 1 marco = 8 onças; 1 onça = 8 oitavas; 1 oitava = 72 grãos.

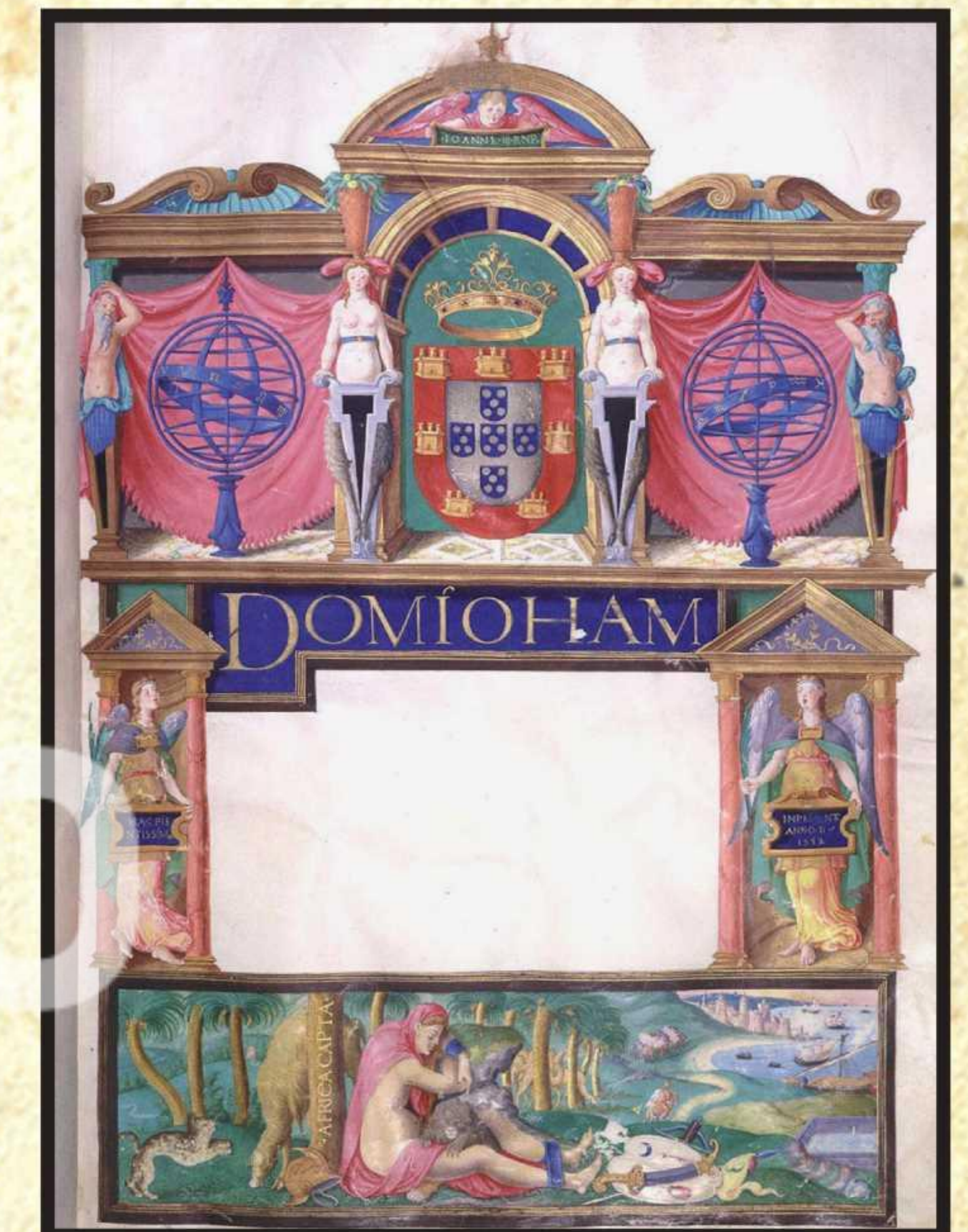
Tabela de conversão de unidades de peso



Fragmento recentemente encontrado do segundo sistema de Ordenações Manuelinas

AS ORDENAÇÕES MANUELINAS

São conhecidos com o nome de “Ordenações Manuelinas” os três sistemas de preceitos jurídicos impressos, em cinco livros: o primeiro, de 1512-13 (teve uma reedição com correcções pontuais, em 1514); o segundo sistema, posterior a 1516 e anterior a 1520 (de que apenas se conhecem fragmentos recentemente descobertos que se encontram em restauro); e o terceiro sistema, de 1521 (com quatro edições e diferentes reimpressões de cada uma delas, entre 1521 e 1603).



Livro dos Forais Novos de entre o Douro e Minho. ANTT, Lisboa

A LEITURA NOVA

Entre as medidas tomadas para a organização do Arquivo Real, conta-se a elaboração das cópias dos documentos, considerados então mais importantes, numa colecção intitulada Leitura Nova, com o fim de preservar os documentos cujo suporte estava demasiado danificado, ou cuja leitura já não era acessível.

O ESTILO MANUELINO EM MELGAÇO

PADIEIRA DA ASSUREIRA

Da arquitectura religiosa manuelina existe numa casa no Lugar de Assureira da Freguesia de Castro Laboreiro uma padieira decorada com uma vieira e duas estrelas em alto-relevo, bem como o entablamento com boleados.

A referida padieira e o fragmento de entablamento deverão corresponder a um primitivo edifício da Capela de São Brás, classificada como Imóvel de Interesse Público, que ladeia o mais importante caminho de ligação às inverneiras.



Padieira da Assureira

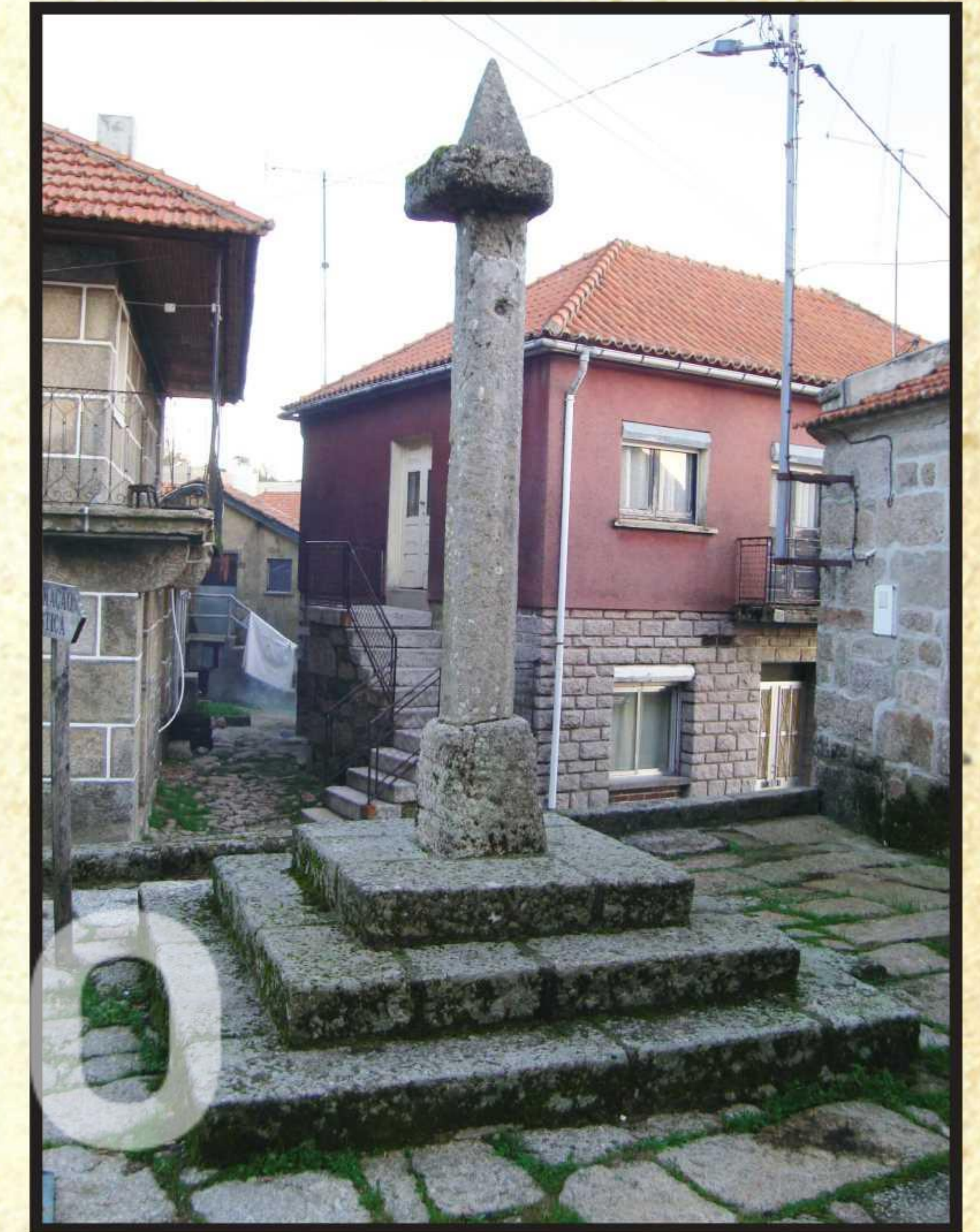
PELOURINHO DE CASTRO LABOREIRO

Estrutura em cantaria de granito, composta por soco de três degraus quadrangulares, onde assenta a base, o tronco-piramidal e fuste facetado de arestas truncadas, tendo numa das faces a seguinte inscrição: **1560 N.S.J.C. C.o L.o.** Encima o conjunto, um bloco quadrangular servindo de capitel e remate piramidal.

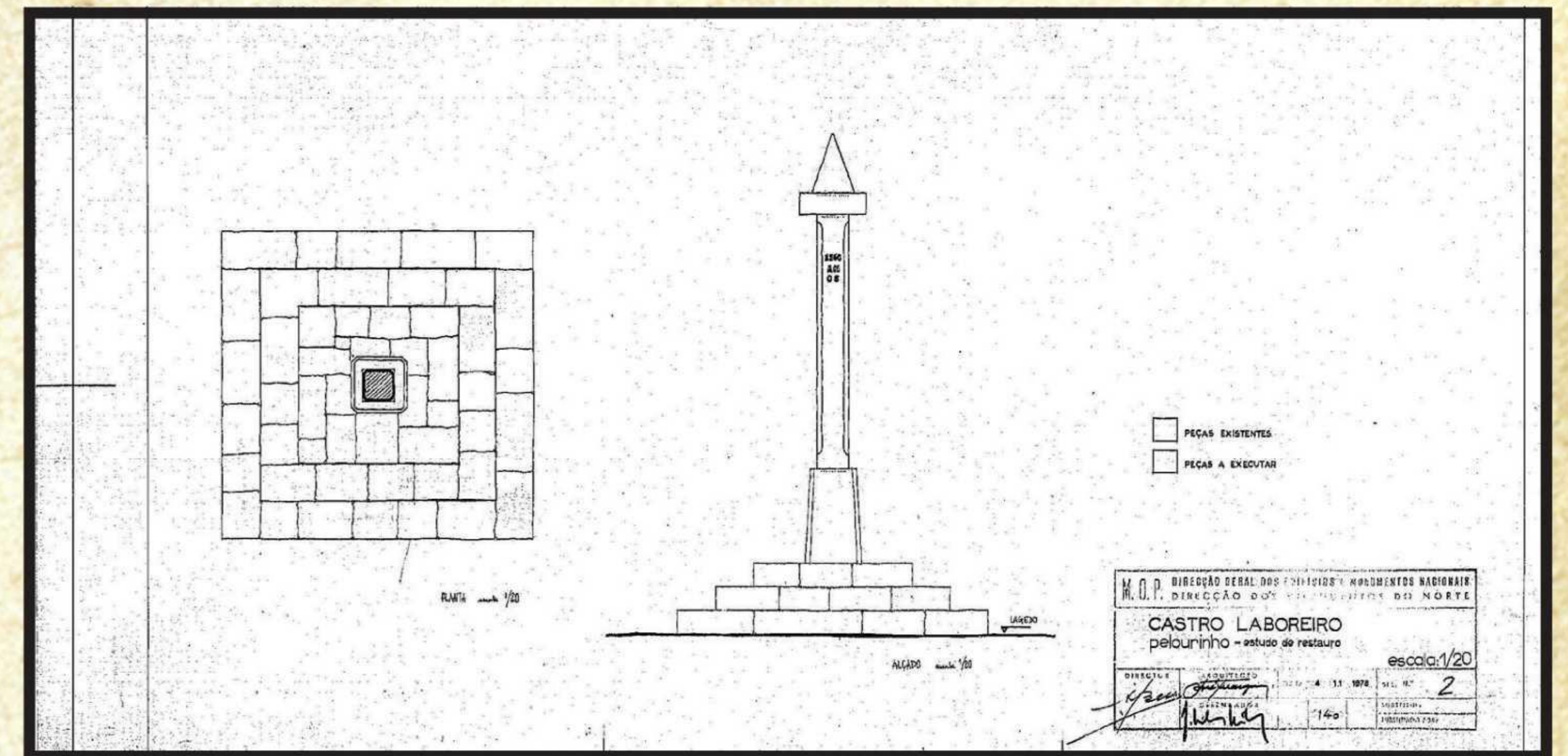
Depois de erguido em 1560 manteve-se durante três séculos em frente de uma pequena casa térrea servindo noutros tempos de Câmara Municipal. Em 1860 foi desmantelado e as suas peças dispersas pela vila. É reconstruído em 1985 pela DGEMN e assim se mantêm até à actualidade.



Pormenor do pelourinho



Pelourinho de Castro Laboreiro

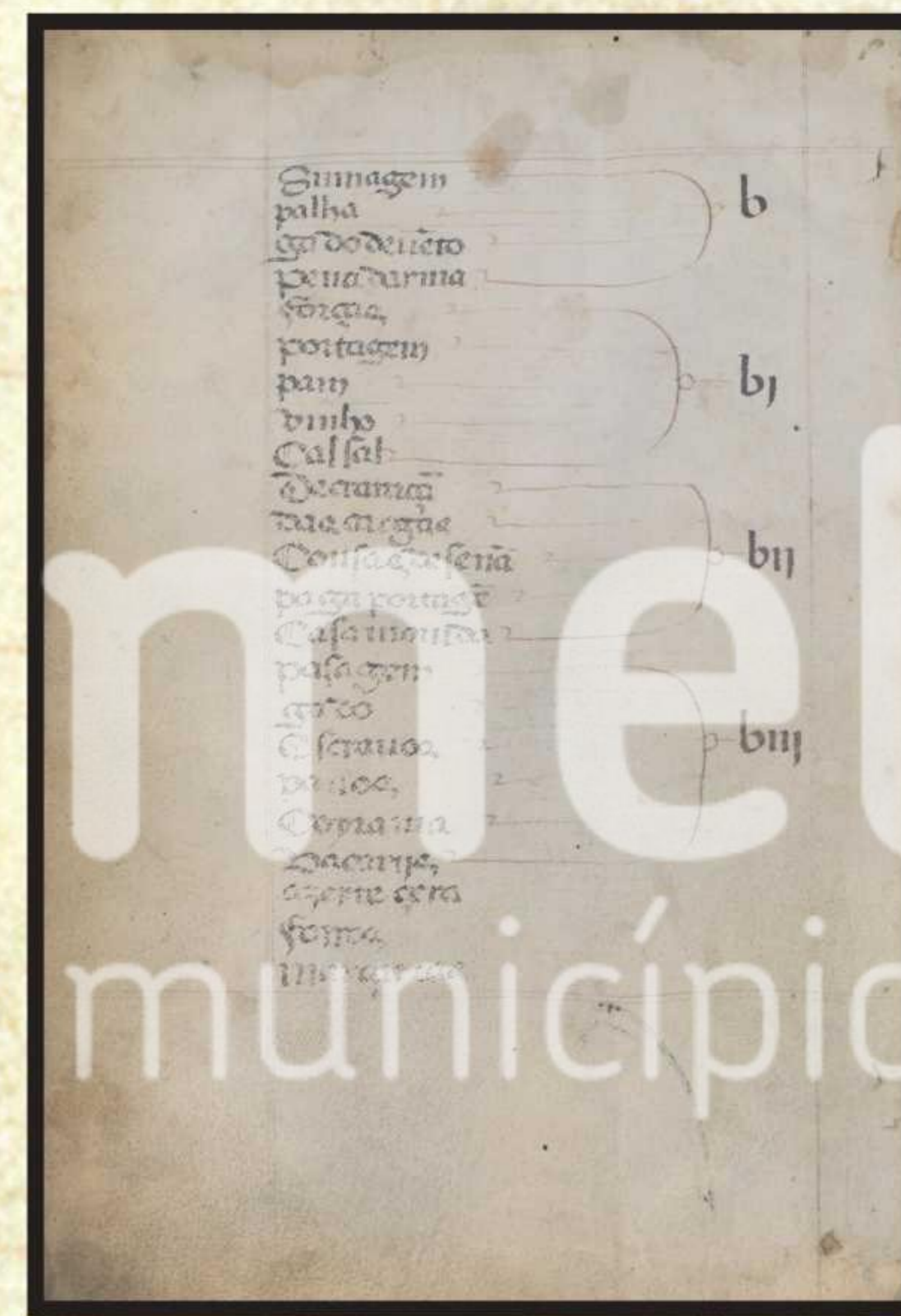


Projecto de reconstrução do pelourinho

O FORAL MANUELINO DE MELGAÇO VISTO POR DENTRO

A redacção do Foral de Melgaço seguiu um esquema próprio idêntico em todos os Forais Novos. Começa pela tabuada (índice) onde se indicam os capítulos e respectivos fólhos. Segue com o preâmbulo onde o rei justifica a sua feitura com um conjunto de considerações incluindo a menção do Foral antigo e o nome do Rei ou senhor que o tinha dado. Sucedem-se os capítulos. O texto termina com a assinatura do Rei, em baixo o chanceler-mor indicando o destinatário do foral. Na parte final do foral consta informação de que foi elaborado em triplicado: um exemplar para a Câmara, outro para o Arquivo da Torre do Tombo e outra para a Casa de Bragança que era então o senhorio de Melgaço, bem como, outro parágrafo atestando a confirmação e concerto feito por Fernão de Pina.

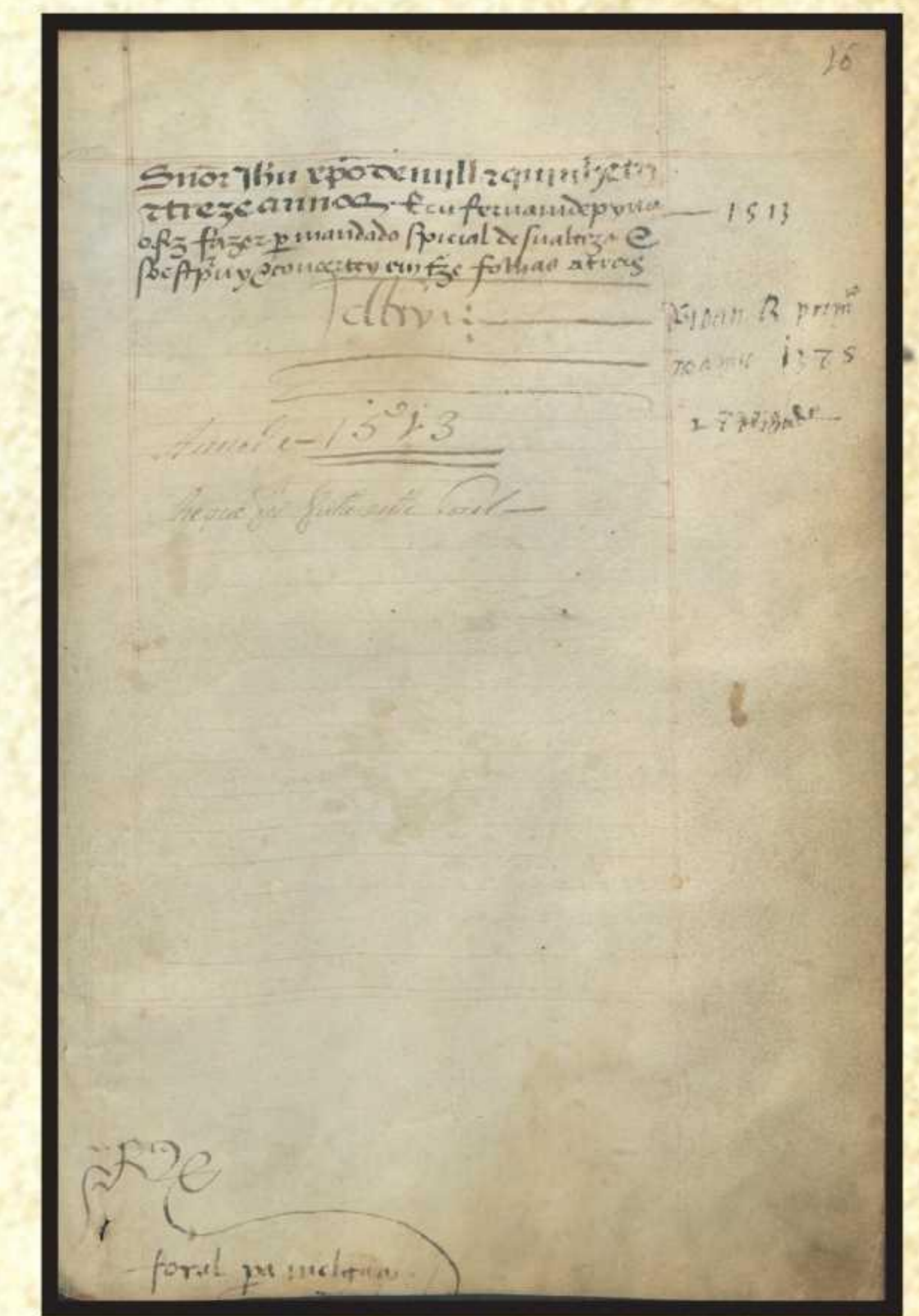
No fólho seguinte Fernão de Pina fez o termo de registo no Tombo e na mesma página e seguintes encontram-se os vistos em correição.



Tabuada



Frontespício



Fólho 16

A estrutura do códice é constituída por quatro “cadernos” com número irregular de folhas, de acordo com esta sequência: bínio, caderno, térnio, e bínio que podemos representar graficamente assim:

Folha de guarda	Cadernos				Folha de guarda
	1º. - bínio	2º. - caderno	3º. - térnio	4º. - bínio	
→					←
Foliação em num. romana	-	I-VIII	VIII-XIII (+I, n.n.)	-	
Foliação em num. árabe	[1]+1-2	3-10	11-16	17-18	[1]

O ESTILO MANUELINO EM PORTUGAL

O Estilo manuelino ou estilo gótico português tardio foi desenvolvido no reinado de D. Manuel I como símbolo do poder régio. Este tipo de arquitectura tem influências islâmicas e orientais.

Para lembrar os Descobrimentos, os monumentos construídos naquele tempo foram decorados com motivos ligados à natureza e à expansão marítima: corais, algas, alcachofras, pinhas, animais vários e elementos fantásticos como sereias e gárgulas. Em todos eles, aparece também a esfera armilar (símbolo dos descobrimentos) e a Cruz de Cristo.

Tem como característica dominante a exuberância de formas e uma forte interpretação naturalista-simbólica de temas originais, eruditos ou tradicionais.

Estes motivos aparecem em construções, pelourinhos, túmulos ou mesmo peças artísticas, como em ourivesaria, de que a Custódia de Belém é um bom exemplo.



Diogo de Boitaca - projectou, entre muitas outras, duas das principais obras deste período: a Igreja de Jesus, em Setúbal, e o Mosteiro dos Jerónimos.



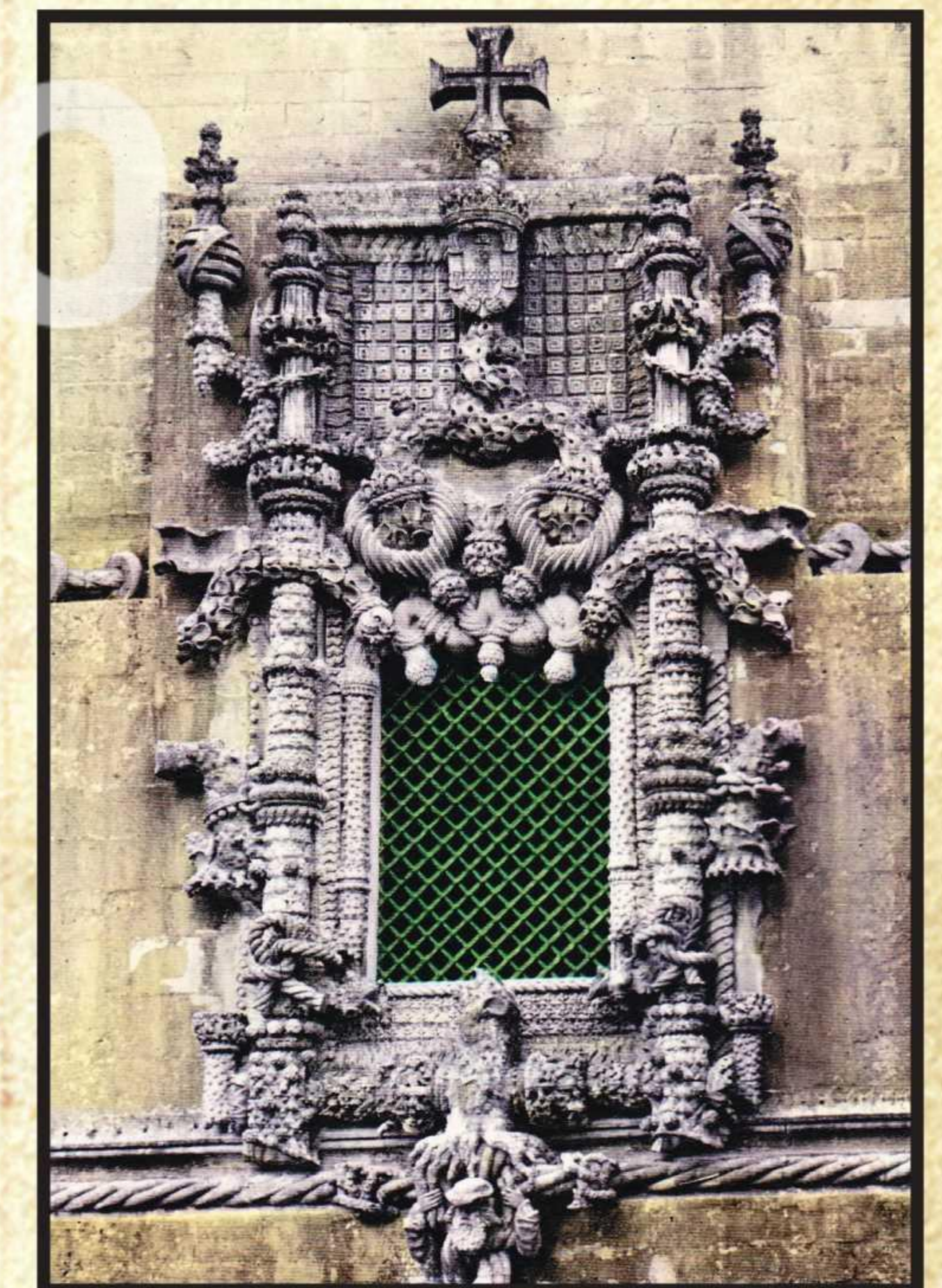
Francisco Arruda - foi o autor da Sé de Elvas, das igrejas matrizes de Vila do Conde, de Azurara e da Conceição, em Évora, bem como da Torre de Belém, a sua maior obra.



Mateus Fernandes - trabalhou no Mosteiro da Batalha, onde deixou o Portal das Capelas Imperfeitas e as abóbadas das mesmas.

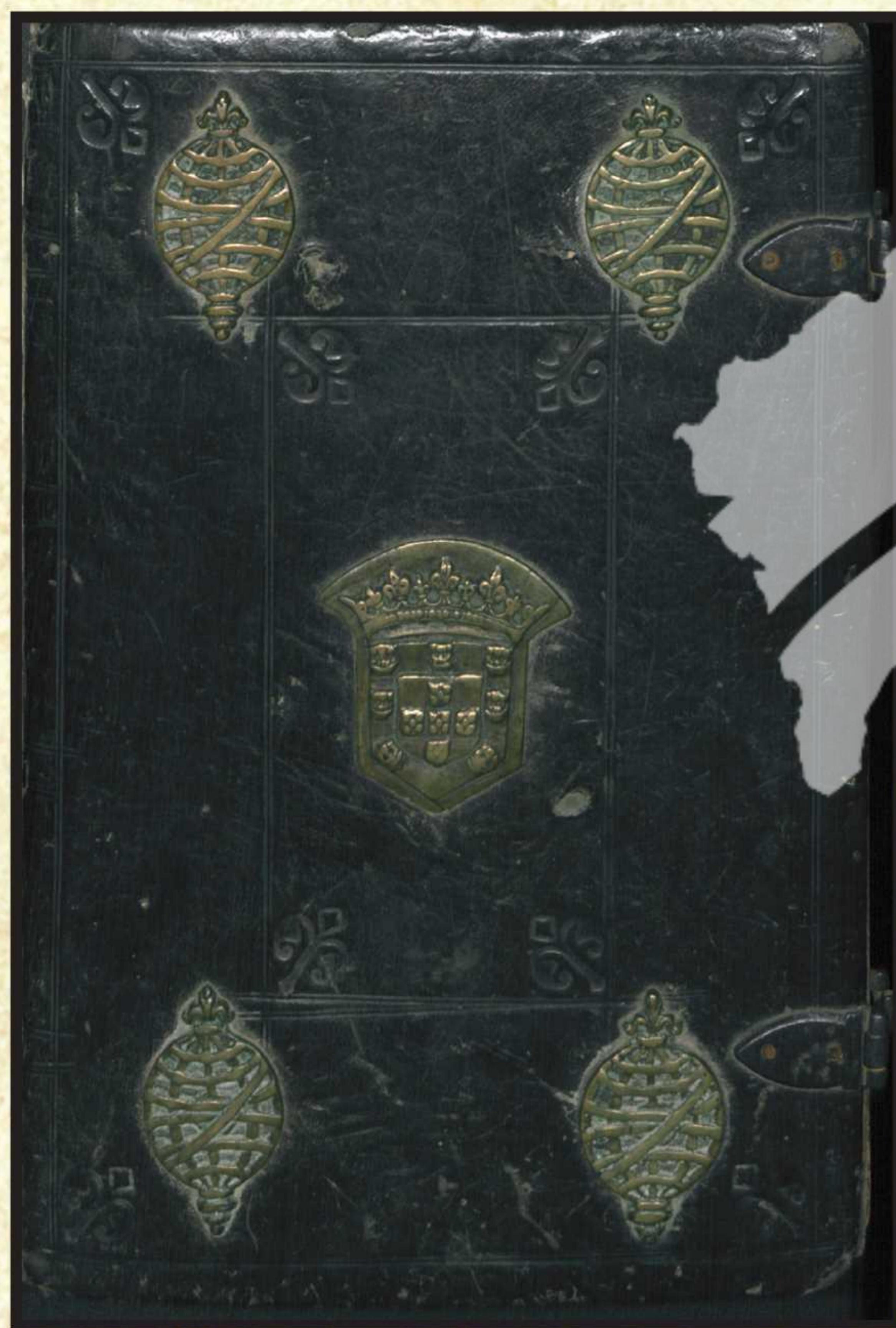


Custódia de Belém, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa.



Diogo Arruda - foi o arquitecto das reformas manuelinas do Convento de Cristo, em Tomar: a nave comprida que se acrescentou à actual charola, o coro alto e a sacristia, hoje Sala do Capítulo, cujas janelas ficaram como ex-libris desta arte.

O FORAL MANUELINO DE MELGAÇO VISTO POR FORA



Capa do Foral

Trata-se de um códice pergamináceo, de 290mm x 195mm, encadernado, com as pastas da capa e contra - capa revestidas a couro pintado de preto, com ferros estampados a frio, reproduzindo, de cada lado, duas cercaduras rectangulares, constituídas, por duas linhas paralelas nos quatro lados dos rectângulos, semelhantes as das armações das páginas interiores (...). Nos quatro ângulos das duas cercaduras foram estampados também duas flores-de-lis, voltadas para o centro dos respectivos planos da capa e contracapa. Os quatro ângulos de cada um destes planos de encadernação estão adornados por esferas armilares metálicas, douradas, encontrando-se no centro das cercaduras interiores dos respectivos planos da encadernação as armas de D. Manuel I, com as cinco quintas, cercadas por sete castelos, tudo

sobrepujado pela coroa real, com um friso de pérolas na base e encimada por uma teoria de flores-de-lis. A encadernação, com alguns sintomas de cansaço, conserva ainda os dois brochos ou fechos originais, de ferro.

[in Marques, José – Os Forais de Melgaço. 2003]



O Foral acondicionado em caixa à guarda do Arquivo Municipal

O PAGAMENTO DE PORTAGENS

O Foral Manuelino de Melgaço pode ser considerado uma espécie de pauta fiscal com menção pormenorizada do imposto de portagem que os mercadores ou outras pessoas de fora do concelho deveriam pagar ou ficar isentos.

		Carga maior	Carga menor	Costal	Carros ou carretas
Cereais	Trigo, centeio, cevada, aveia e farinha.	1 reais	½ real	2 ceitis	2 reais
Frutas e hortaliças	Frutas verdes	1 real	½ real	2 ceptis	2 reais
	Frutos secos: castanhas, nozes, amêndoas, pinhões e ameixas passadas	3 reais	1,5 reais	1 real	6 reais
	Hortaliças	1 real	½ real	2 ceitis	2 reais
	Legumes secos: avelãs, bolotas, mostarda, lentilhas, cebolas e alhos secos	3 reais	1,5 reais	1 real	6 reais
Pescado e marisco		1 reais	½ real	2 ceitis	2 reais
Panos grossos e delgados	Lã e linho fiados, seda e algodão	8 reais	4 reais	2 reais	16 reais
	Lã ou linho em cabelo	4 reais	2 reais	1 real	8 reais
Couros e peles	Calçado e outras peças de couro, bem como couros de gado vacum	8 reais	4 reais	2 reais	16 reais
	Pele de coelho ou cordeiro	8 reais	4 reais	2 reais	16 reais
Metais	Aço, estanho e outros metais	8 reais	4 reais	2 reais	16 reais
	Ferro em barra	4 reais	2 reais	1 real	8 reais
	Metal estanhado, limado ou envernizado.	8 reais	4 reais	2 reais	16 reais
Barro	Telha, tigello, loiça e outros obras de barro.	3 reais	1,5 reais	1 real	6 reais
Madeira	Arcas, loiça e outros obras de pau.	3 reais	1,5 reais	1 real	6 reais
Outros	Azeite, cera, mel, cevo, unto, queijo seco, manteiga salgada, rezina, sabão e alcatrão	8 reais	4 reais	2 reais	16 reais
	Sal, vinho, linhaça	1 real	½ real	2 ceitis	2 reais
	Mercearias, especiarias boticarias, tinturas e semelhantes	4 reais	2 reais	16 reais	4 reais

	Por cabeça	
Gado	Vaca ou boi	1 real
	Porco ou porca	½ real
	Carneiro e outro gado miúdo	2 ceitis
	Cavalo ou égua	2 reais
	Burro	2 reais
	Asno	1 real
Escravo ou escrava	6 reais	
Escravo alforrado	Dízima do valor da alforria	



Tipologia das cargas:

	Cargas:	Equivalências:
Carga maior	Cavalar ou muar	10 arrobas +/- 150 Kg
Carga menor	Asno	5 arrobas +/- 74 kg
Costal	Homem	2 ½ arrobas +/- 36 kg

Bens isentos de pagamento de portagem:

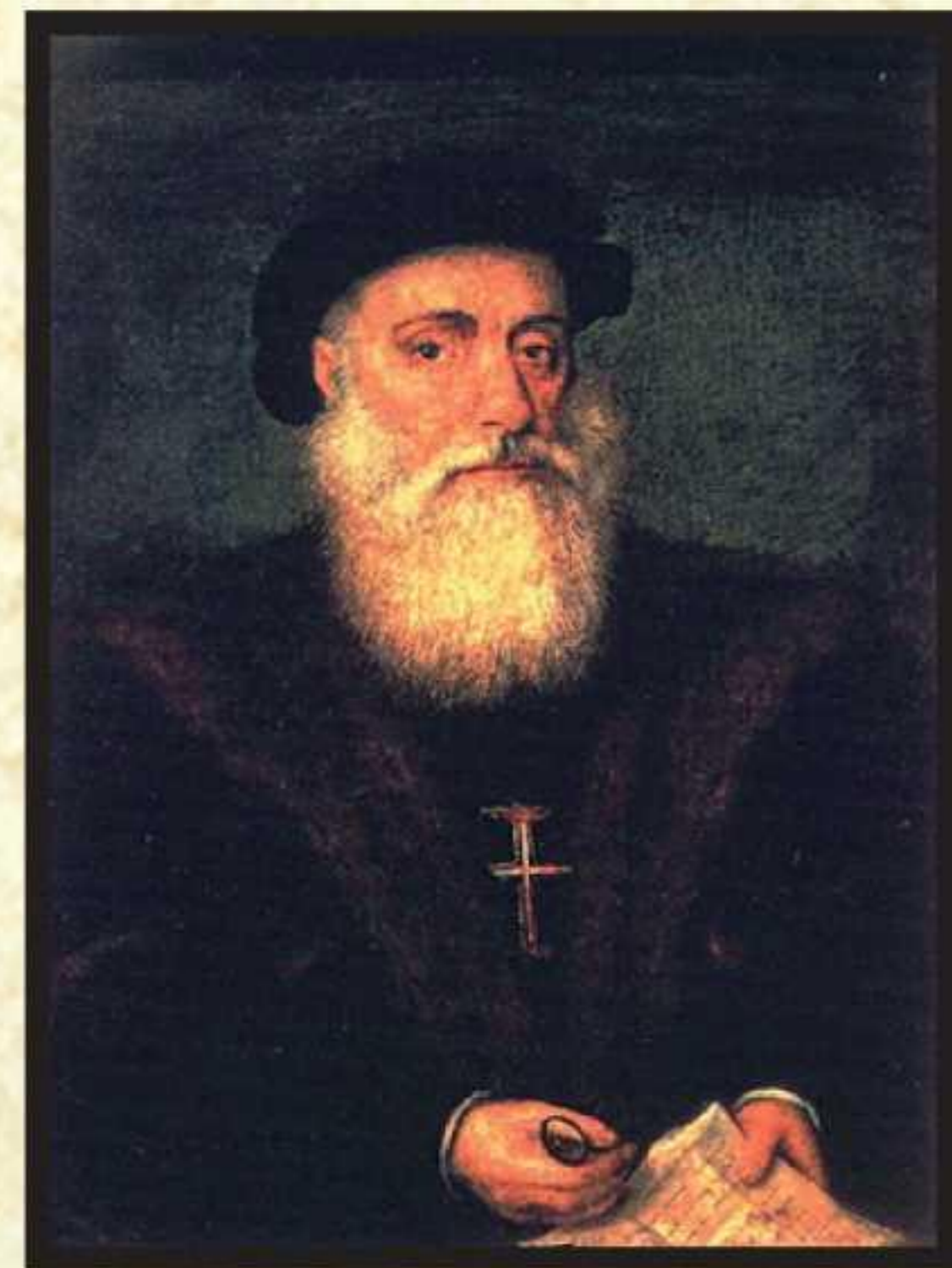
- Pão cozido, queijadas, biscoitos, farelos, ovos, leite e seus derivados sem sal, prata lavrada, vides, canas, carqueija, tojo, palha, vassoiras, pedra, barro, lenha, erva;
- Coisas para a armada do reino;
- Mantimentos para os caminhantes

Pessoas isentas de pagamento da portagem:

- Eclesiásticos de todos os mosteiros,
- Clérigos das ordens sacras;
- Clérigos de ordens menores.

OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

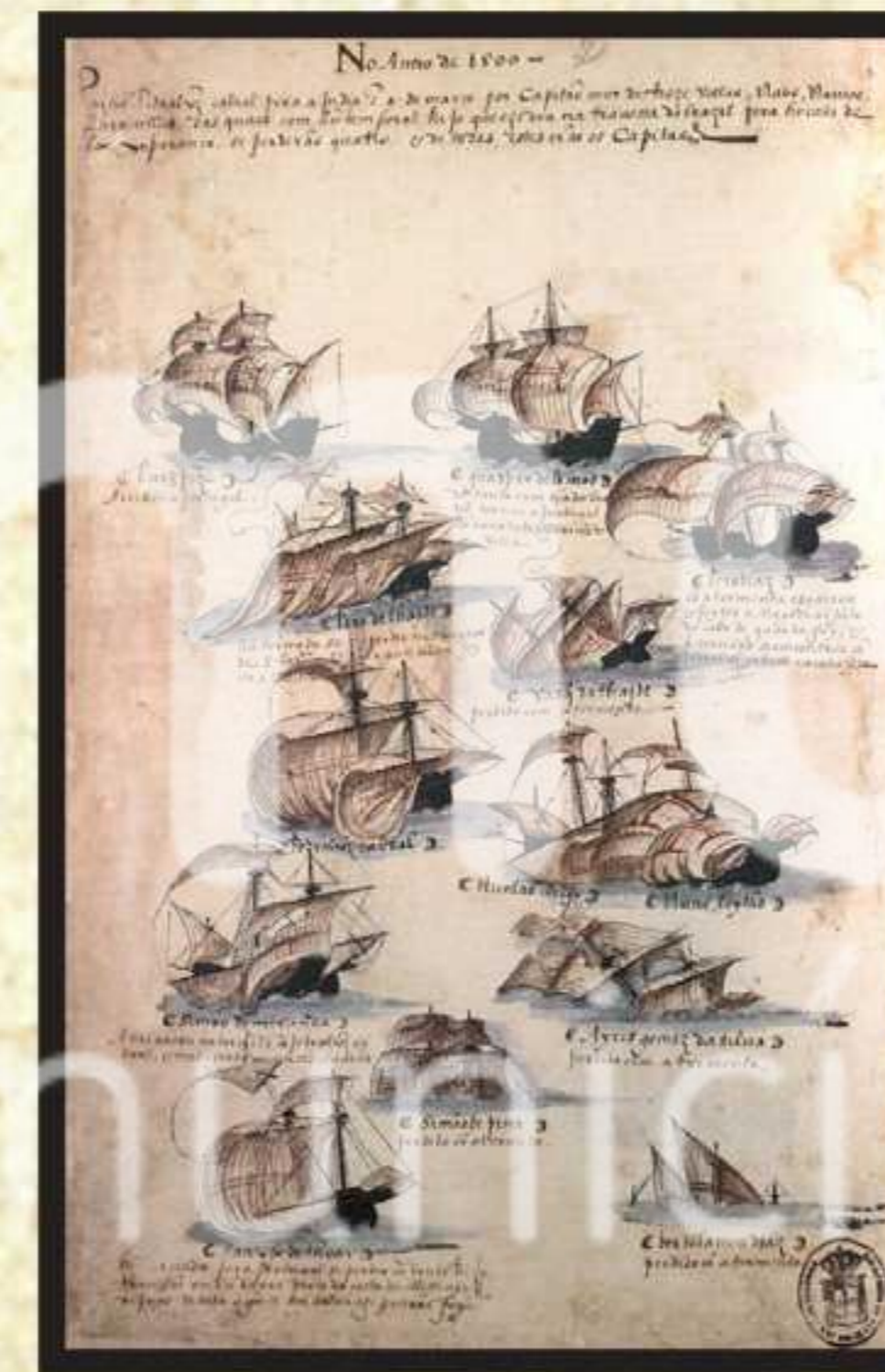
D. Manuel I Rei de Portugal e dos algarves de aquém e além mar em África, senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Índia, Arábia e Pérsia.



Retrato de Vasco da Gama



Diário da Viagem de Vasco da Gama à Índia. BPMP, Porto



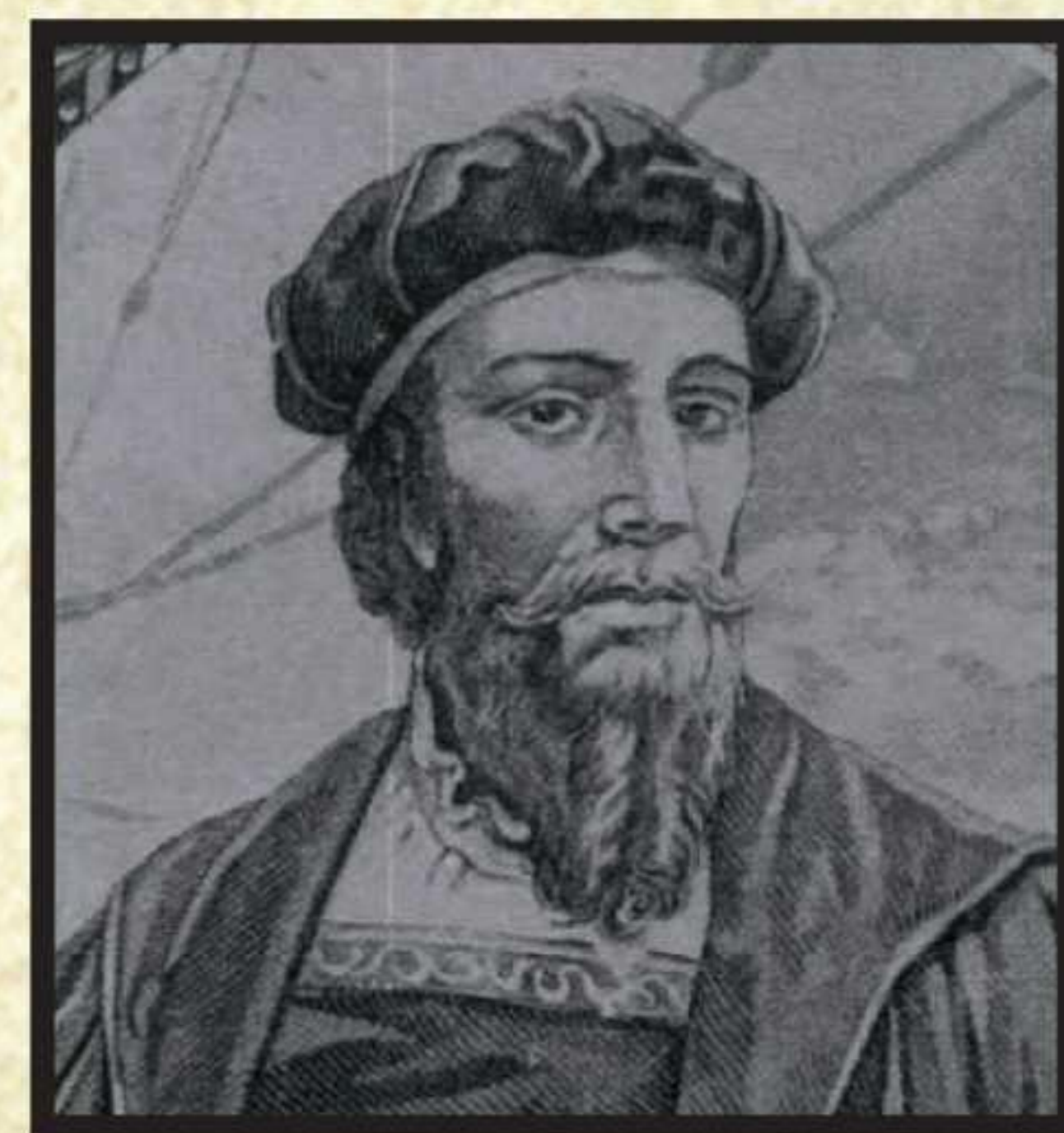
Memória das Armadas que de Portugal passaram à Índia

A DESCOBERTA DO CAMINHO MARÍTIMO PARA A ÍNDIA

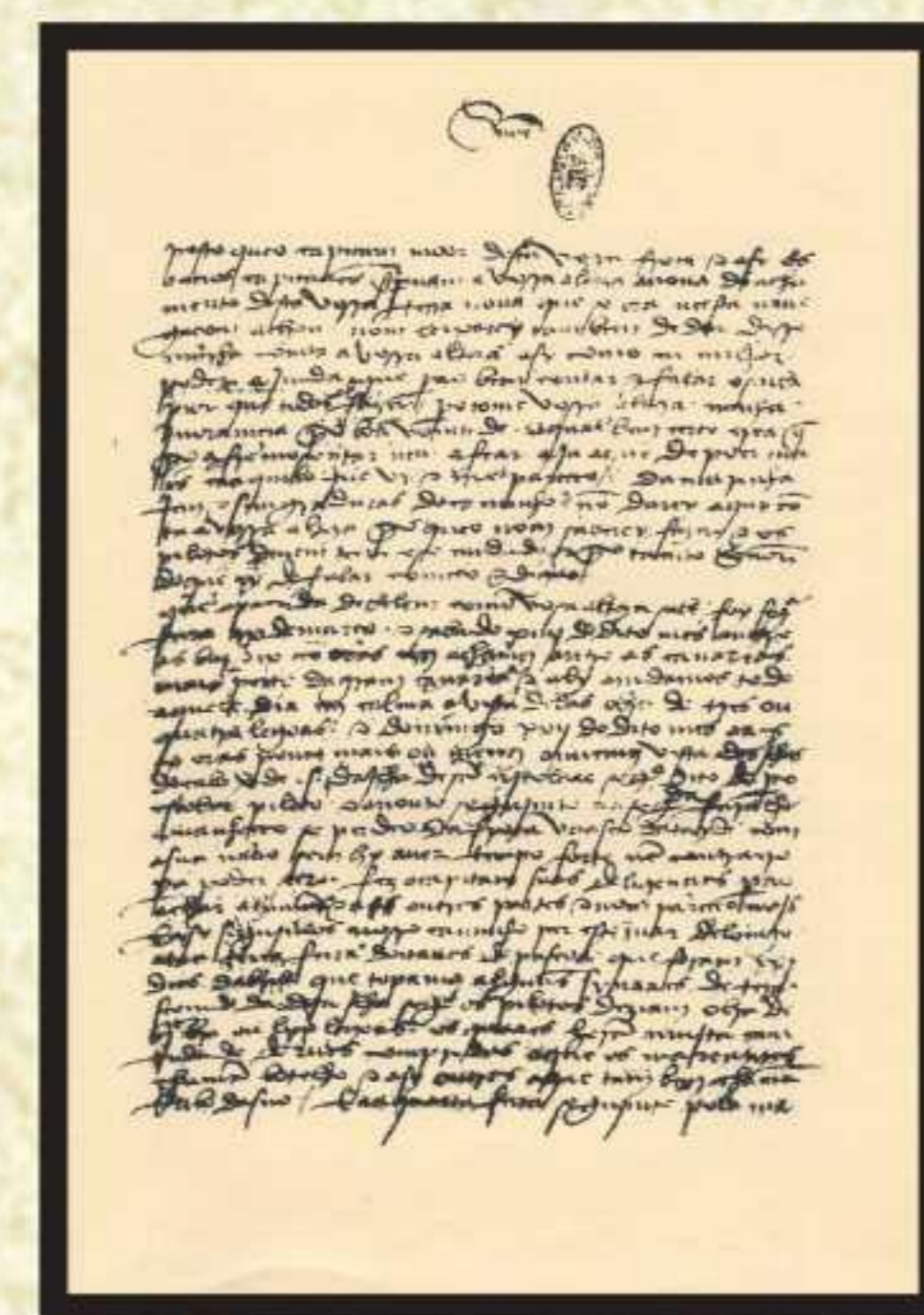
A armada portuguesa saiu de Lisboa rumo à Índia no dia 8 de Julho de 1497, no seu comando estava, Vasco da Gama, a quem D. Manuel I confiou a maior expedição oceânica jamais feita.

Na longa viagem exploratória seguiram 4 naus com cerca de 170 homens - marinheiros, soldados e religiosos, que, depois de haver sofrido perigosos temporais, avistaram Calecut a 17 de Abril de 1498.

Assim foi descoberto o caminho marítimo para a Índia e inaugurada a rota do comércio mais lucrativa de sempre – a rota do cabo por onde circulavam até à Europa as especiarias.



Retrato de Pedro Álvares Cabral



Carta de Pero Vaz de Caminha, 1 de maio de 1500. ANTT, Lisboa



Mapa da reconstituição da viagem de Vasco da Gama à Índia

A DESCOBERTA DO BRASIL

Com o objectivo de estabelecer o domínio português no Oriente, D. Manuel I envia à Índia uma segunda expedição, comandada por Pedro Álvares Cabral, constituída por 13 navios.

A bordo da armada que partiu da Praia do Restelo no dia 9 de Março de 1500, seguiam - Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho e o escrivão Pero Vaz de Caminha, cuja incumbência era tomar nota dos factos ocorridos durante a viagem.

Como se desejassem descobrir novas terras, quando estavam perto de Cabo Verde, os navios desviaram o percurso e avistaram aquela a que designaram de Terras de Vera Cruz.

OS FRESCOS DA IGREJA DE CHAVIÃES

Segundo estudo de Paula Bessa, são visíveis pinturas murais nas paredes da capela-mor por trás do retábulo-mor e nas paredes da nave adjacentes à parede do arco triunfal executadas a fresco com acabamentos a seco. Data-as do primeiro quartel de Séc., XVI, embora não repugne pensar que possam ser

um pouco anteriores.

O estado de conservação destas pinturas murais é razoável, embora haja lacunas e grande quantidade de deposição de sais.

[in BESSA, Paula – Boletim Cultural de Melgaço, N.º 2. 2002. p. 9-30]



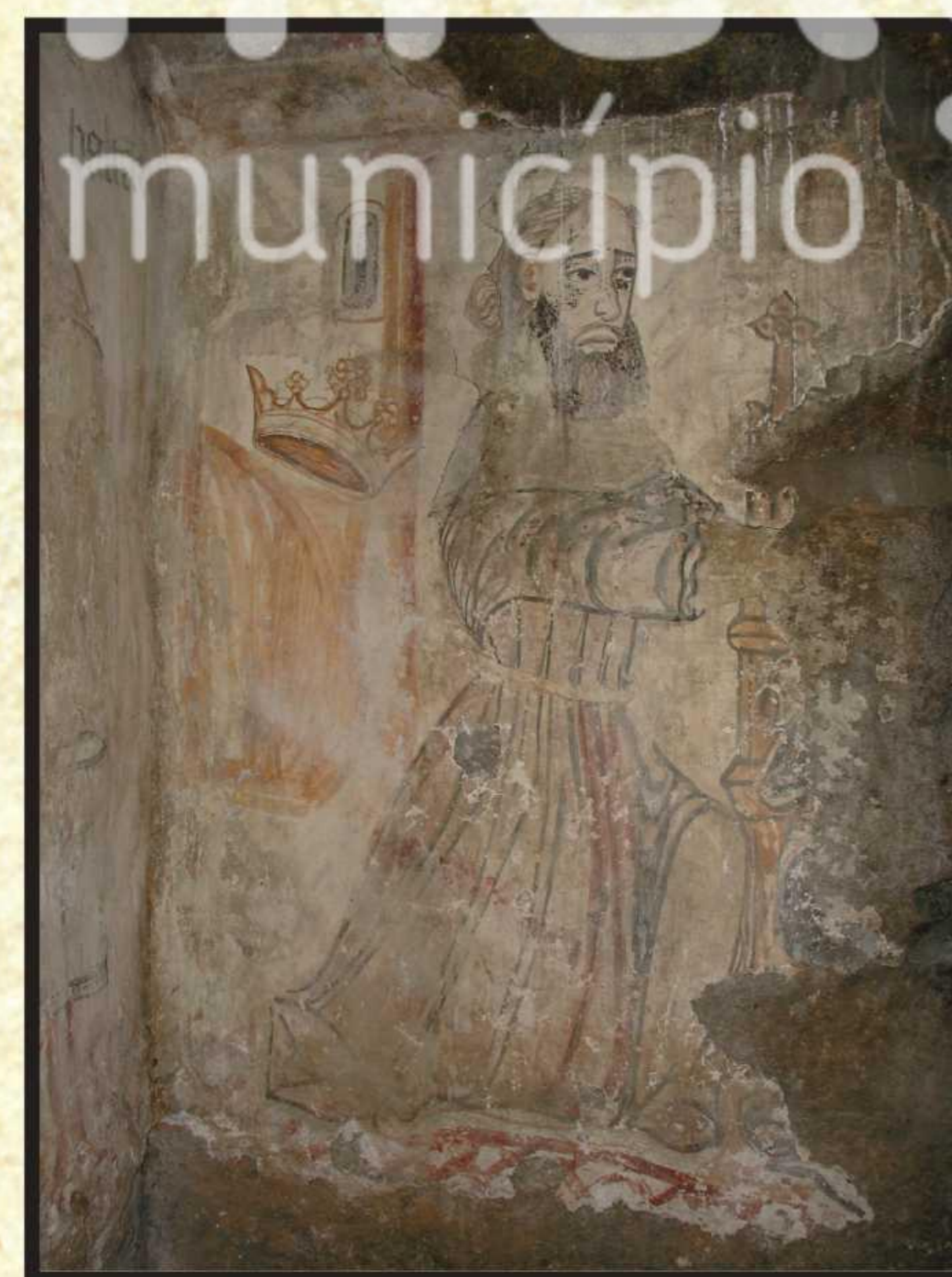
Na parede da nave adjacente à do arco triunfal, do lado da Epístola, encontramos a representação de Santo Antão e de S. Bartolomeu



No arco triunfal, agora do lado da Epístola, subsiste um fragmento do Martírio de S. Sebastião (contorno do lado esquerdo do corpo do santo, crivado de flechas, e dois archeiros)



Nave: Parede lateral do lado do Evangelho: Os reis magos Melchior e Gaspar



Arco triunfal do lado do Evangelho: O terceiro mago, Baltasar e fragmento de trono de Nossa Senhora (parte de Epifania).



Nave: Parede lateral do lado do Evangelho: S. Roque no bosque

OS SÍMBOLOS DO PODER REAL

A ESFERA ARMILAR

Esfera armilar significa poder em geral, esteticamente tem forma de perfeição, é símbolo de globalidade. Os cinco arcos paralelos correspondem ao equador, trópicos e círculos polares, sendo a profundidade sugerida por um meridiano desenhado em perspectiva e pela faixa correspondente à elíptica.

A adopção da esfera armilar relaciona-se também com a empresa dos descobrimentos.



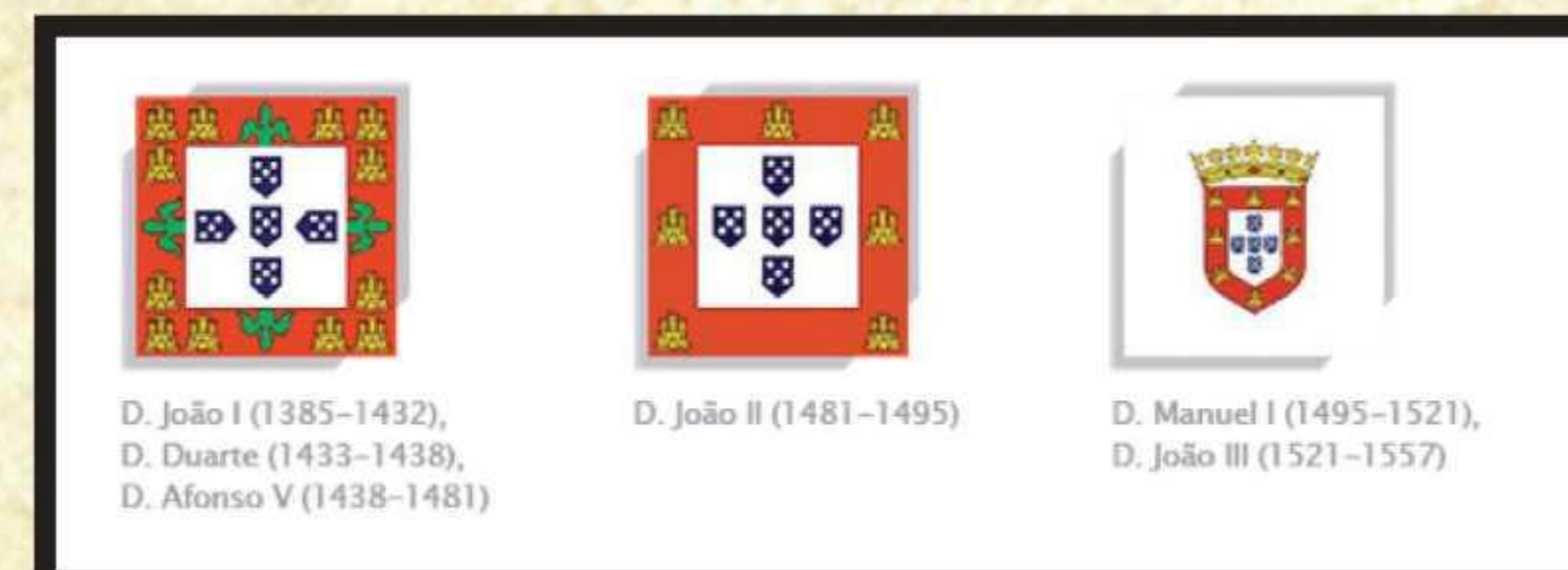
Esfera armilar, Torre de Belém

O ESCUDO

O Escudo teve a sua origem nos primórdios da monarquia, no entanto, D. Manuel I efectuou-lhe algumas alterações.

O escudo na época manuelina possui 5 escudetes azuis (quinas) dispostos em cruz com 5 pontos besantes. O número de castelos dourados existentes na bordadura oscila entre os 7 e os 16 embora tendencialmente sejam representados apenas 7.

Por fim, D. Manuel I ordenou que sobre o escudo fosse colocada uma coroa real aberta, símbolo de autoridade régia e da centralização do Estado.



Evolução do escudo português

A CRUZ DE CRISTO

Em substituição da Ordem dos Templários surge a Ordem de Cristo em 1319, no entanto, a insígnia manteve-se a mesma – uma cruz vermelha sob um fundo branco.

Esta insígnia, é o emblema da Ordem e tornou-se um símbolo histórico usado em por exemplo nas naus dos descobrimentos.



Nau dos Descobrimentos



Cruz de Cristo, Igreja de Nossa Senhora da Graça, Coimbra